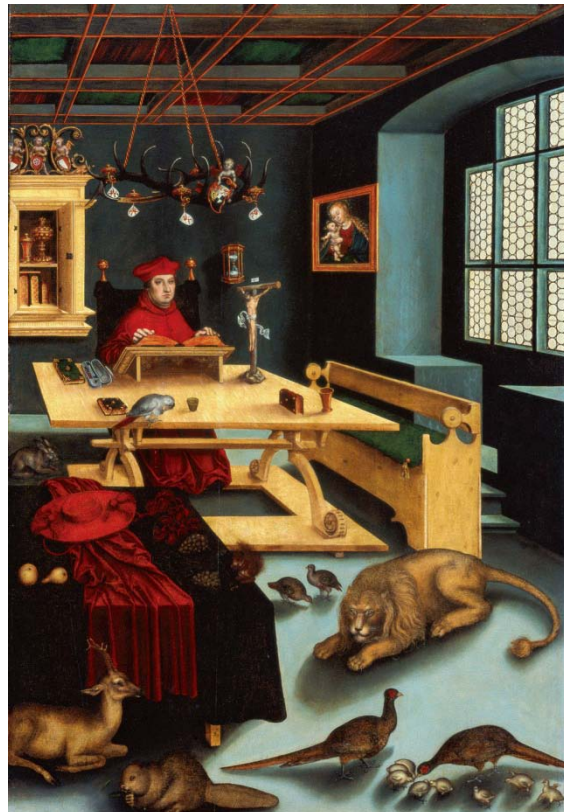


Conflitos de cunho Religioso e Macroeconômico

As “reformas religiosas” consistiram em um conjunto de movimentos de caráter religioso, político e econômico que contestam os dogmas católicos, durante o século dezesseis. Têm início na Alemanha e provocam a separação de uma parte da comunidade católica da Europa, originando o protestantismo. Elas ocorrem paralelamente ao renascimento cultural humanista, às insurreições da nobreza, às rebeliões camponesas, à expansão do mercantilismo e do sistema colonial, e às guerras entre as monarquias europeias. Estes movimentos reivindicavam a reaproximação da Igreja ao espírito do cristianismo primitivo.

No início do século XVI, a Igreja – sediada em Roma, estava abalada por conflitos internos. O papado perdera prestígio devido à sua preocupação excessiva pelas artes, pelas letras, pela cultura pagã do Renascimento e pelo seu grande envolvimento em disputas políticas.



A resistência da hierarquia da Igreja leva os reformadores a rompimentos sucessivos em diversos países europeus. Os Papas exerciam poder espiritual e também poder temporal, ou seja, como o de qualquer outro governante de um país dominavam sua administração e o exército. O comportamento de parte significativa do clero estava, desta forma, influenciado por interesses econômicos e/ou políticos, em contradição com a doutrina cristã da época.

A Reforma Protestante

A Reforma Protestante foi um movimento reformista cristão iniciado no início do século XVI por Martinho Lutero, quando através da publicação de suas 95 teses, afixadas na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, protestou contra diversos pontos da doutrina da Igreja Católica Romana, propondo uma reforma no catolicismo romano. Os princípios fundamentais da Reforma Protestante são conhecidos como os Cinco solas.

Lutero foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus provocando uma revolução religiosa, iniciada na Alemanha, e estendendo-se pela Suíça, França, Países Baixos, Reino Unido, Escandinávia e algumas partes do Leste europeu, principalmente os Países Bálticos e a Hungria. A resposta da Igreja Católica Romana foi o movimento conhecido como Contra-Reforma ou Reforma Católica, iniciada no Concílio de Trento.

O resultado da Reforma Protestante foi a divisão da chamada Igreja do Ocidente (baseada em Roma), entre os católicos romanos e os “reformados” ou protestantes, originando o Protestantismo.

Razões políticas e econômicas da Reforma Protestante

A Reforma Protestante foi iniciada por Martinho Lutero e, embora tenha sido motivada primeiramente por razões religiosas, também foi impulsionada por razões políticas e sociais, dentre as quais:

- Os conflitos políticos entre autoridades da Igreja Romana e governantes das monarquias europeias, os quais desejavam para si o poder espiritual e ideológico da Igreja e do Papa, muitas vezes para assegurar o conceito do “direito divino” (ocorrendo principalmente na Inglaterra e França).
- Práticas comerciais, como a usura (cobrança de remuneração abusiva pelo uso do capital, com juros excessivos o que lesam o devedor) eram condenadas pela ética católica romana, No entanto, consistiam na base operacional capitalista da burguesia, esta almejando altos lucros econômicos sob uma nova ética religiosa – uma necessidade atendida pela ética protestante.
- Algumas causas econômicas para a aceitação da Reforma foram o desejo da nobreza e dos príncipes de se apossar das riquezas da Igreja romana e de ver-se livre da tributação papal que, apesar de defender a simplicidade de seus clérigos, era a instituição mais rica do mundo. Também na Alemanha, a pequena nobreza estava ameaçada de extinção em vista do colapso da economia senhorial. Muitos desses pequenos senhores desejavam obter as terras que pertenciam à igreja. Somente com a Reforma estas classes poderiam realizar tais expropriações.

A Contrarreforma

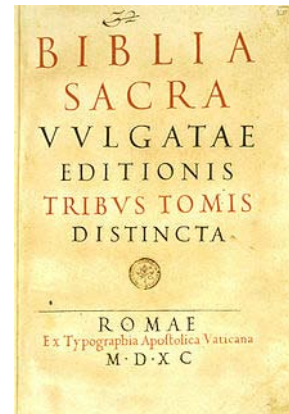
Uma vez que a Reforma Protestante desconsiderou e combateu diversas doutrinas e dogmas católicos, eventualmente causando grandes divisões (ou “cismas”) no cristianismo, a Igreja Católica Romana convocou o Concílio de Trento (1545-1563), que resultou no início da Contrarreforma ou Reforma Católica.

Apesar de ter suas raízes ainda na virada do século, foi em 1545 que a Igreja Católica Romana realmente validou a Contrarreforma, quando convocou o “Concílio de Trento”. Este estabeleceu, entre outras medidas, a retomada do Tribunal do Santo Ofício (inquisição), a criação do *Index Librorum Prohibitorum* - uma relação de livros proibidos pela Igreja, e o incentivo à catequese dos povos do Novo Mundo, com a criação de novas ordens religiosas, dentre elas a Companhia de Jesus. Esta última coincidia com as expansões ultramarinas e o desejo de aumento do poder mercantilista.

Outras medidas de impacto incluíram: a reafirmação da autoridade papal, a confirmação mandatória do celibato eclesiástico, a reforma das ordens religiosas, de seminários e universidades, a supressão de abusos envolvendo indulgências e a adoção da Vulgata como tradução oficial da Bíblia (a única permitida, pois até então a Igreja Católica utilizava apenas a versão em latim).

A ação da Inquisição, através de uma forte censura exercida pela Igreja Romana, foi determinante para evitar que as ideias reformistas encontrassem adesão em Portugal, Espanha e na Itália, países eminentemente católicos.

As igrejas protestantes, ao mesmo tempo em que propagavam a bíblia e suas idéias com grande rapidez - graças a invenção da máquina tipográfica de Johannes Gutenberg, também tornaram proibidos (nas regiões onde estavam mais difundidas: Inglaterra, Alemanha, Suíça, França, Países Baixos) uma série de livros católicos e outros que contrariavam suas doutrinas. Edward Macnall Burns, um autor da época, observou que "*do câncer maligno da intolerância, não escaparam nem católicos, nem protestantes*".



A Roma da Renascença

O Renascimento teve um grande impacto na cidade de Roma, com trabalhos como a Pietà de Michelangelo e os frescos do Aposento Borgia, todos realizados durante o pontificado de Inocêncio. A cidade realmente atingiu o seu expoente de esplendor sob o Papa Júlio II (1503-1513) e seus sucessores Leão X e Clemente VII, estes últimos membros da família Médici. Durante duas décadas, Roma se tornaria no maior centro das artes em todo o mundo.

A velha Basílica de São Pedro foi demolida e uma nova foi edificada. A cidade alojou artistas de renome, tais como Bramante - que construiu o templo de São Pedro em Montorio e foi autor de um grande projeto para renovar a Cidade do Vaticano; Rafael Sanzio - e seus afrescos na Capela Nicolina, Vila Farnesina e no Palácio Vaticano, entre outras obras de arte famosas; e Michelangelo, que esculpiu a estátua de Moisés entre outras obras de grande impacto.

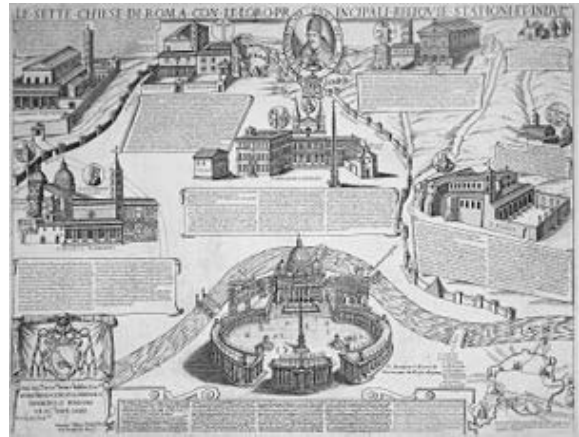
Roma perdia parcialmente o seu caráter essencialmente religioso, para se tornar – progressivamente, em uma verdadeira cidade do Renascimento. Um grande número de festejos populares, corridas de cavalos, festas, intrigas e episódios de negligência tiveram ocorrência na cidade. A economia estabilizou-se com a chegada de vários banqueiros da Toscana, incluindo Agostino Chigi, que foi – assim como diversos outros, um grande patrocinador das artes.

Estrutura Organizacional da Igreja Católica

No topo da ordem eclesiástica está o Papa, ou seja, o “Bispo de Roma”, a autoridade secular e espiritual máxima.

Desde 756, o Papa era o administrador político do Patrimônio de São Pedro - o estado da Igreja, que tinha o poder de acumular riquezas através de doações feitas pelos fiéis principalmente quando estas doações eram propriedades, como era o caso do sacerdócio de filhos da nobreza.

A Cúria Romana constitui o órgão administrativo da Santa Sé, constituído pelas autoridades que coordenam e organizam o funcionamento da Igreja Católica. É geralmente visto como o governo da Igreja. “Cúria” no latim medieval significa "corte" no sentido de "corte real". Neste caso, a Cúria Romana é a “corte papal”, que assiste o Papa nas suas funções.



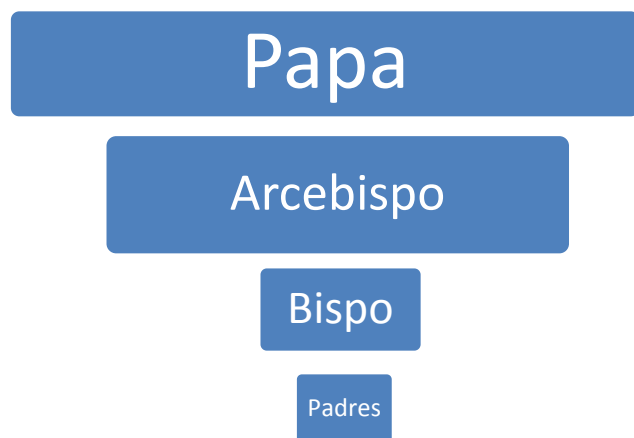
Para exercer o poder supremo, pleno e imediato sobre a Igreja Católica, o Papa se vale dos bispos, padres, congregações e cleros da Cúria Romana. Estes, por conseguinte - com a autoridade outorgada, exercem seu ofício administrativo e governamental.

Os sacerdotes da igreja católica podem ser classificados em duas categorias:

Clero Secular - sacerdotes que viviam fora dos mosteiros, com títulos diversos (padres, bispos, etc.).

Clero Regular - sacerdotes que viviam nos mosteiros e obedeciam às regras específicas da ordem religiosa à qual pertenciam.

A importância da Cúria Romana cresceu ao longo da história da Igreja, tendo o apogeu durante a época de exercício de poder temporal, onde administrava os Estados Papais, e, dada a extensão territorial dos mesmos, também se ocupam da gestão política. Estima-se que a igreja controlava até um terço das terras férteis da Europa Ocidental. Este fator demonstrava, desde a Idade Média, o forte poder econômico desta instituição.



A partir deste nível superior, a instituição possui diversas representações, academias, comitês, ofícios, tribunais, conselhos, etc., estes estabelecidos em diversos países, colônias e territórios, reproduzindo um modelo de governança essencialmente funcional. Neste, o reporte da autoridade é basicamente vertical, com o Estado Papal do Vaticano (em Roma) como centro do poder. Trata-se de uma estrutura multinacional na qual as relações entre territórios e a metrópole – tais como as encontramos na maioria das potências europeias da época, são claramente centralizadoras.